

A NATUREZA DA GUERRA MODERNA NO PENSAMENTO DE CARL VON CLAUSEWITZ

Thiago Tremonte de Lemos

Aluno de doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

tremontethiago@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho foi extraído da dissertação de mestrado intitulada *Cultura e política: a natureza da guerra moderna no pensamento de Carl von Clausewitz*. A partir da modernidade, a política passou a caminhar, através do Estado nacional, articulada à guerra como um *continuum*. As experiências militares vividas por Clausewitz, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, foram a fonte de sua reflexão, ao passo que a tradição aristocrática oferecia um prisma controverso e singular para enxergar a nova Europa que surgia: burguesa e nacionalista. Entre a decadência dos privilégios de sua classe e a constituição de uma nova estrutura política, Clausewitz disse o que é a guerra moderna. Seus críticos atribuem a seu pensamento a causa de muitos conflitos do século XX. O conceito moderno da guerra se multiplica, foge ao seu contexto social, reproduz-se em outras ideias e ações.

Palavras-chave: Clausewitz, Prússia, Europa, guerra, moderna, conceito, história conceitual, política, História, cultura.

ABSTRACT

This article is a docket of the thesis *Cultura e política: a natureza da guerra moderna no pensamento de Carl von Clausewitz*. From modernity, the politics started to walk, through the national State, articulated to the war as one *continuum*. The military experiences lived by Clausewitz, at the end of century 18th and the beginning of century 19th, had been the source of its reflection, to the step that the aristocratic tradition offered a controversy and singular prism to observe the new Europe that appeared: bourgeois and nationalistic. Between The decay of the privileges of its class and the constitution of a new structure politics, Clausewitz said what it is the modern war. Its critics attribute to its thought the cause of many conflicts of century 20th. The modern concept of the war multiplies, runs away to its social context, and reproduces in other ideas and action.

Keywords: Clausewitz, Prussia, Europe, war, modern, concept, conceptual history, politics, History, culture.

*Nevava, mas o tempo estava muito claro.
Ao alto das ruas sujas e quase em trevas,
por cima dos telhados negros, alastrava
um céu escuro salpicado de estrelas. Só a
contemplação dessas altas esferas permitia
a Pedro evadir-se do aflitivo contraste
entre a baixeza do que é humano e os
nobres sentimentos que lhe enchiam a
alma.*
L. Tolstoi.

A guerra é fascinante. Entre a romantização e a condenação, a guerra é tida como uma característica crônica da humanidade, uma espécie de doença irremediável. De fato, nem todos a apreciam – na verdade, a maioria, como nós, a abomina – mas nem por isso deixam de ver nela traços culturais e políticos fundamentais de diversas sociedades. Michel de Montaigne (1533-1592), por exemplo, no famoso ensaio sobre os canibais, viu na guerra dos tupinambá uma interessante forma de se discutirem os conceitos de “barbárie” e “cultura”:

“Portanto bem podemos chamá-los [os tupinambá] de bárbaros com relação às regras da razão, mas não com relação a nós, que os sobrepujamos em toda a espécie de barbárie. Sua guerra é totalmente nobre e generosa, e tem tanta justificativa e beleza quanto pode receber essa doença humana: seu único fundamento é o zelo pela virtude... Não estão em luta pela conquista de novas terras, pois desfrutam ainda da fecundidade natural...” (MONTAIGNE, 2000, p. 316)

Entretanto, atualmente, em tempos em que todos desejam a paz¹, falar em guerra ou somente pensar nela pode sugerir algum tipo de fixação anormal em algo tão cruel. Porém, apesar de seu horror, a guerra é produzida e significada pelas culturas e, ainda que utilizemos constantemente o adjetivo *desumana* para descrevê-la, não podemos negar que é uma forte expressão humana, reprovável, mas humana. E é este o paradoxo que nos intriga: em uma atividade que tem por fim a destruição do outro – pelo menos deixar o adversário impotente para continuar lutando –, como podemos dizer o que é e o que não é moralmente humano?

Foi exatamente o desconforto promovido pela moralização da guerra que nos induziu ao estudo de um tema tão “desagradável”. Como articular violência e valores culturais sem cair em um juízo maniqueísta?

¹ Para Norberto Bobbio, “A guerra é um dos problemas centrais de nosso tempo: há quem diga que é o problema central” (BOBBIO, 2003, p. 117).

Até pouco tempo atrás, a guerra na Europa podia representar a força de um paradigma, hoje bastante questionável: a guerra é a defesa de um povo pelo seu modo de vida. Que povo? Que país? A resposta vem de outro paradigma da modernidade: um Estado, um povo, uma nação... e um exército.

O paradigma, às vezes, não parece anacrônico, basta olharmos para alguns conflitos recentes e para as justificativas dos representantes dos contendores para vermos que, muitas vezes, o discurso da defesa do modo de vida é reproduzido. Em todo caso, atualmente, não falamos da guerra da mesma forma que se falava no início do século XIX, quando o Estado-nação burguês se transformou no modelo político hegemônico da Europa² e valores que estão em xeque antes eram incontestáveis para os políticos da época. Ainda que possamos perceber no plano das relações exteriores entre os países alguns princípios do modelo, as dinâmicas políticas, econômicas e sociais parecem ter superado antigos critérios definidores do Estado. É certo que o Estado Nacional não desapareceu; sua força e sua estrutura política, contudo, são hoje extremamente discutidas, e vestir a farda da soberania nacional soa, no mínimo, um pouco conservador. Em todo caso, a guerra contemporânea – se é possível defini-la – está, pelo menos em conceito, diretamente ligada à guerra moderna – essa sim, pensamos poder definir. Conceito esse fortemente manifestado do início do século XIX até meados do XX.

Após a Revolução Francesa de 1789, a guerra passou a ser um assunto do povo, que era representado tanto pelo governo “democraticamente” constituído, como pelo exército, que defendia sua liberdade política. O indivíduo que representava o ideal de excelência humano era tanto cidadão quanto soldado, apto a exercer política e militarmente as funções que a pátria generosamente lhe concedia. Esse vínculo entre política e guerra, no plano que não envolve apenas os de sangue nobre³, mas também o cidadão comum, é o aspecto mais interessante sobre a guerra no início da modernidade. A guerra também passava a ser democrática e não privilégio da nobreza – se é que há algum privilégio na guerra.

² Talvez o momento exato não seja este, mas por causa da Revolução Francesa de 1789 e após o período napoleônico, até 1815, acreditamos que o início do século XIX seja o momento mais claro da instituição do modelo político do Estado-nação.

³ Tradicionalmente, a aristocracia européia (de modo geral) atribui seu *status* nobre aos seus antepassados guerreiros.

Evidentemente, sabemos que nobreza não é uma condição inata de classe, e sim um critério hegemonicamente construído. E, por isso, podemos investigar o surgimento da guerra em termos outros que vão para além da honra e da glória da aristocracia. Na Europa moderna, a guerra ganhou um significado em que a tríade governo-exército-povo se estabeleceu como norma e que guerrear não era uma condição exclusiva de classe⁴. Tal alargamento da prática militar está diretamente relacionado com a mudança política promovida pela Revolução Francesa. Guerrear pela nação é guerrear pelo povo e pela liberdade de ser francês, inglês, alemão... Eric Hobsbawm, em *A era das revoluções*, traça um quadro que julgamos ser correto acerca da relação entre política e guerra, durante os primeiros anos da Revolução Francesa, e de como o indivíduo comum se inseria num universo de ações onde antes era ignorado:

“No decorrer de sua crise, a jovem República Francesa descobriu ou inventou a guerra total: a total mobilização dos recursos de uma nação através do recrutamento, do racionamento e de uma economia de guerra rigidamente controlada, e da virtual abolição, em casa e no exterior, da distinção entre soldados e civis. Só foi em nossa própria época histórica que se manifestaram as tremendas implicações desta descoberta... Somente hoje em dia podemos ver quanto do que se passou na República Jacobina em “Terror” de 1793-4 faz sentido apenas nos termos de um moderno esforço de guerra total” (HOBSBAWM, 1977, p. 85)

Conceitos como os de “guerra” e “nação⁵” não são em si valores deploráveis da história burguesa recente, que teve como ápice lastimável desses fatores as duas grandes guerras mundiais do século XX. Ganharam este sentido extremado, que Hobsbawm chama de “guerra total⁶”, em decorrência do contexto histórico-cultural da Revolução Francesa de 1789. Lutar pela República e pela nação, na década de 1790, segundo o governo revolucionário francês, era uma obrigação patriótica e a destruição do inimigo deveria ser implacável:

“Nossa nação já tem um caráter nacional próprio. Seu sistema militar deve ser diferente devido ao nosso ardor e capacidade e, se nossos inimigos são

⁴ Isto não significa dizer que antes da guerra moderna os campos de batalhas fossem ocupados apenas por nobres, todavia, a imagem do guerreiro lhe era quase exclusiva, pelo menos, eram os nobres que recebiam, normalmente, os méritos das glórias.

⁵ Os termos *guerra*, *política*, *Estado* e *nação* estarão entre aspas quando forem tratados como conceitos.

⁶ Para Antonio Pedro, no capítulo sobre a Segunda Guerra Mundial de *História das guerras*, o conceito de guerra total tem dois exemplos fundamentais, a Guerra de Secessão dos Estados Unidos da América (1861-1865) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945): “Na Guerra de Secessão... já havia sido aplicado o princípio de guerra total... Para o general Sherman... guerra total significava que qualquer indivíduo do outro lado deveria ser considerado um combatente, e não uma simples pessoa... A Segunda Guerra foi uma guerra total no sentido lato da palavra” (MAGNOLI, 2006, p. 356).

desastrados, lentos e frios, então nosso sistema militar deve ser impetuoso”
(Saint-Just, *Rapport présenté à la Convention Nationale au nom du Comité de Salut Public, 19 du premier mois de l’an II* – 10 de outubro de 1793)⁷

A Revolução Francesa não se limitou ao legado político da “Igualdade, Liberdade e Fraternidade”. A guerra pela pátria livre, igual e fraterna era uma entre tantas outras heranças deixadas pela Revolução e disseminadas pela Europa durante as guerras napoleônicas. Bertrand de Jouvenel, por ocasião do prefácio da edição de 1976, de *As origens do Estado moderno*, descreve bem o sentido de pensarmos as conseqüências políticas da Revolução Francesa para os países europeus:

“Não representa a Revolução Francesa um grande começo? Que acontecimento formidável não constitui essa tempestade que se abate sobre o maior poder político do Ocidente daqueles dias, que é também seu centro de cultura, sobre sua sociedade mais brilhante, no sentido ‘mundano’ do termo! E, sob um ângulo mais positivo, esse acontecimento trouxe a consagração do princípio de soberania popular e deificação da nação. Por certo a faceta da destruição de um regime tradicional e o advento de novos princípios constitui um marco inicial de importância universal, uma mudança que se repetirá nos mais diversos lugares do mundo, a intervalos mais ou menos longos, até nossos dias” (JOUVENEL, 1978, p. 10)

Deste modo, perceber a construção histórica do conceito de “guerra”, dentro do contexto europeu pós-revolucionário francês, de 1789, é fundamental para entender as experiências políticas e sociais decorrentes desse processo.

Guerra será tratada aqui como conceito moderno, assim como nação. Pois afirmamos que são historicamente construídos e que seus significados são transformados e valorados diversamente ao longo do tempo e de espaços diferentes.

Para isso nos apoiamos na ideia de história conceitual, uma vez que nada é inexorável às transformações do tempo, nem mesmo os conceitos. Isso não significa que elementos do passado não perduram. Mas intactos? É difícil de aceitar. Uma mesma palavra pode e tem diversos conceitos em culturas e tempos diferentes. Perceber suas nuances e entender a força de seus múltiplos significados num determinado contexto são a tarefa do historiador. Segundo Reinhart Koselleck, “A história conceitual... trabalha, portanto, sob a premissa teórica da obrigatoriedade de confrontar e medir permanência e alteração, tendo esta como referência daquela” (KOSELLECK, 2006, p. 115).

⁷ *Apud* HOBSBAWM, 1977, p. 95.

No entanto, não se faz história sem recuperar as marcas deixadas pela ação humana. Entender que as experiências vividas na modernidade serviram para cunhar os conceitos de “guerra” e “nação” é afirmar a íntima relação que se deu entre as análises das condições humanas de existência ao modelo político fundante da própria modernidade: o Estado⁸. Sem este conceito, necessariamente moderno, falaríamos de qualquer coisa sem o rigor que a história exige, bem como as conseqüências articuladas a esse modelo de organização política apareciam-nos de modo a-histórico, permitindo interpretações simplórias e, até mesmo, deturpadoras da história ocidental contemporânea. Para Koselleck,

“Um conceito pode ser claro, mas deve ser polissêmico. ‘Todos os conceitos nos quais se concentra o desenrolar de um processo de estabelecimento de sentido escapam às definições. Só é passível de definição aquilo que não tem história’ (Nietzsche). O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica...” (KOSELLECK, 2006, p. 109)

Portanto, para discutirmos o conceito de “guerra” temos de mapear o seu sentido histórico. Isto significa que pensamos a história como a interpretação de conceitos, percebendo as permanências e as rupturas simbólicas e culturais pelas quais passou e sofreu o conceito em questão.

O sentido moderno do conceito de “guerra”, entendemos, foi cunhado em um momento de profunda turbulência política e militar da história européia: as primeiras décadas do século XIX ou, simplesmente, o período napoleônico. Refirimo-nos, mais especificamente aqui, à definição da natureza de guerra, segundo o primeiro livro da obra do general prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831) *Da guerra*. Acreditamos que a análise minuciosa desse documento nos permite a compreensão do conceito⁹.

⁸ Segundo Quentin Skinner, em *Fundações do pensamento político moderno*, o Estado Civil é uma criação européia que tem, no final do século XVI, sua invenção e, posteriormente, sua teorização. Skinner percebe este ser o conceito fundamental para o pensamento político moderno: “Em fins do século XVI, numa obra como *Os seis livros da república*, de Bodin, não só encontramos o termo ‘Estado’ numa acepção visivelmente moderna, mas também constatamos que os direitos e poderes do Estado começam a ser analisados no estilo que será característico da modernidade... Bodin concebe o Estado como detentor do supremo poder político em seu próprio território... por fim concebe o Estado como uma autoridade puramente civil... Como análise do estado como um poder onipotente, porém impessoal, *podemos afirmar que adentramos o mundo moderno* [grifo nosso]: a teoria moderna do Estado ainda está por ser elaborada, mas tem agora seus alicerces assentados” (SKINNER, 1996, p. 625).

⁹ “O historiador se instala na fronteira onde a lei de uma inteligibilidade encontra seu limite como aquilo que deve incessantemente ultrapassar, deslocando-se, e aquilo que não deixa de encontrar sob outras formas. Se a ‘compreensão histórica não se fecha na tautologia da lenda ou se refugia no ideológico, terá como característica... tornar pensáveis séries de dados triados...” (CERTEAU, 2006, p. 92).

Clausewitz ficou conhecido pela máxima de que a guerra seria a continuação política por outros meios¹⁰. Entretanto, o significado de seu aforismo não é imediatamente compreendido se não tivermos a cautela de saber que **guerra e política** são essas.

Não é difícil de admitir que o conceito de “guerra” tenha sentidos históricos e culturais distintos, mas o mesmo critério não parece ser tão evidente ao conceito de “política”. A “política” – em sua acepção conceitual – também tem história e traz consigo significados diferentes e profundos. Exemplo significativo desta afirmação é a de que, na Europa, os Estados Civis modernos cunharam uma nova forma de organização política, diferente dos reinos medievais. É elementar dizermos que trazem consigo valores da antiguidade e da própria Idade Média, mas a ideia de um Estado organizado por um único povo, de uma única cultura, habitando um território naturalmente seu e governado por um regime que, de fato, expressasse e defendesse a vontade geral¹¹ de sua *nação*, é absolutamente original, ainda que sua autenticidade seja artificial e fundamento algum consiga dar legitimidade aos fatores acima mencionados¹².

Sendo assim, as relações entre política e guerra num contexto moderno europeu, do final do século XVIII e início do XIX, necessitam da compreensão do conceito moderno de “Estado”, bem como o de “nação” (justificativa primeira para a formulação concreta da estrutura de um Estado). Evidentemente que esses não são conceitos puros e sim históricos – como já foi dito. Todavia, Clausewitz, ao se preocupar com a definição da *Natureza da guerra* (título do Livro I de *Da guerra*), procurou dar-lhe um significado universal, atemporal, metafísico e definitivo¹³.

As guerras, do século XIX em diante, tiveram motivações que iam para além dos valores simbólicos e sociais de conduta nas diversas e plurais sociedades europeias. Com a ideia de cidadania e pertencimento a um plano maior de identidade social, o que estava em jogo nas guerras era mais do que a vitória contra outro país e a defesa dos interesses nacionais, era a prova concreta de superioridade de um povo sobre outro; era

¹⁰ “A guerra é uma simples continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 27).

¹¹ Ver Rousseau, 1979.

¹² Ver BOBBITT, 2003: partes 2 e 3, Livro I.

¹³ O que implica investigar o que o general prussiano entendia por conhecimento, pois sua obra trata exatamente de ser um conhecimento teórico e prático para o assunto. Mais do que isso, a formação intelectual de Clausewitz estava diretamente ligada à sua experiência de vida e ao contexto político-cultural da Prússia do antigo Reich e da Confederação Germânica (pós-Congresso de Viena, 1815), bem como à invasão da Prússia, em 1806 e da Rússia, em 1812, pelas tropas de Napoleão Bonaparte.

a demonstração de que o indivíduo somente se auto-reconhece no serviço cívico e militar de sua pátria. Era essa, também, a forma de se marcar os limites culturais entre os Estados nacionais europeus. Para Hobsbawm, o critério histórico de nacionalidade implicava a diferenciação e a superação da outra nacionalidade:

“Havia um forte elemento não igualitário e talvez um elemento mais forte de patrocínio especial em tais argumentos. Algumas nações – as maiores, as ‘avançadas’, as estabelecidas... – estavam destinadas pela história a prevalecer... a triunfar na luta pela existência; outras não” (HOBSBAWM, 1996: 131)

Sabemos, pelo trabalho de tantos – principalmente pelos intelectuais da Inglaterra filiados aos Estudos Culturais, como Edward P. Thompson e Raymond Williams (de uma geração mais antiga) e Stuart Hall e Homi Bhabha (de uma mais recente), que tal constituição cultural, delimitada pela estrutura estatal-nacional é absolutamente artificial. Não há em si natureza nenhuma de povo ou cultura. Toda e qualquer **cultura**¹⁴ nacional é forjada, na afirmação de certos princípios hegemônicos e na sua diferenciação em relação à outra cultura. Todavia, não podemos deixar de entender que esse era o discurso hegemônico do século XIX, em quase toda a Europa e durante o século XX em quase todo o mundo.

“O universalismo pós-iluminista, liberal, racional e humanista da cultura ocidental parece não menos significativa historicamente, mas se torna menos *universal* a cada momento. Muitas grandes ideias – liberdade, igualdade, autonomia, democracia – foram aperfeiçoadas na tradição liberal. Entretanto, é evidente que o liberalismo hoje não é ‘a cultura das culturas’, mas a cultura que prevaleceu: aquele particularismo que se universalizou com êxito e se tornou hegemônico em todo o globo” (HALL, 2003, p. 77).

O soldado-cidadão não é uma invenção moderna, e sim da antiguidade grega¹⁵. Entretanto, sob os conceitos de “Estado”, “pátria” e “nação”, a ideia do cidadão que também lutaria pelo seu país ganhou um significado diferente, realizava-se culturalmente na prática dos valores de sua sociedade e na defesa e na ampliação destes, universalmente falando. A cultura, no século XIX, era uma questão de Estado. Assim como a guerra, evidentemente, era. A combinação entre os dois elementos produziu um

¹⁴ Para entendermos a cultura do contexto social de Clausewitz, adotaremos como chave conceitual, de Norbert Elias, *Kultur*, apresentada na obra *O processo civilizador*, antitética ao conceito de *Zivilisation* e seus sentidos nas sociedades inglesa, francesa e alemã, do século XVIII: “A palavra pela qual os alemães se interpretam, que mais do que qualquer outra lhes expressa orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser, é *Kultur*” (ELIAS, 1994a, p. 24).

¹⁵ “Na *pólis*, o estado de soldado coincide com o de cidadão: quem tem seu lugar na formação militar da cidade igualmente o tem na sua organização política” (VERNANT, 1994, p. 43).

sentido historicamente novo nas relações interestatais: guerrear era também uma forma de universalizar culturas nacionais.

Se as relações entre política, cultura e guerra foram experiências que marcaram profundamente europeus contemporâneos de Clausewitz, incluindo o próprio general, é porque havia como intermediário desses aspectos o Estado e o sentido que este tinha para sua nação. Destarte, cabe afirmar por que, pela primeira vez na história ocidental, a guerra se tratava de opor não mais soldados de um príncipe que, contratados, desejavam, para além das pilhagens e despojos de guerra, honra e glória pessoal, mas de soldados-cidadãos que lutavam pelo ideal patriótico e pela manutenção de seu modo de vida nacional. Para Norbert Elias,

“Seja qual for o modelo de sua organização, a maioria das nações-Estados... produz um duplo código de normas cujas exigências são inerentemente contraditórias... o indivíduo humano como tal; e um código nacionalista derivado do código maquiavélico dos príncipes e da aristocracia dominante, de caráter não-igualitário, e cujo valor supremo é uma coletividade – o Estado, o país, a nação a que um indivíduo pertence” (ELIAS, 1997, p. 146)

Clausewitz é o *autor* da guerra moderna. Foi filósofo e estrategista. O conceito de “guerra” de Clausewitz procurou responder à demanda histórica de sua época e serviu, possivelmente, de alimento teórico, ideológico e estratégico para as gerações dos governos europeus até 1919:

“Daí o entusiasmo com que o governo prussiano aceitou suas ideias – transmitidas por seus pupilos e seguidores da Academia de Guerra e no Estado-maior – na metade do século XIX. *Da Guerra* era um livro de estopim lento. Porém, o exército prussiano travou suas guerras pela hegemonia na Alemanha, suas ideias tinham-no impregnado e as vitórias em 1866 e 1870-71 garantiram que a partir de então elas orientariam também a diplomacia do novo Império Germânico. Por um processo irresistível de osmose, elas se infiltraram no *establishment* militar de toda a Europa, de tal forma que, em 1914, ele era tão clausewitziano quanto a coalizão de movimentos socialistas e revolucionários do continente era marxista” (KEEGAN, 1995, p. 365)

Além da interdependência dos conceitos de “guerra” e “política” (esta entendida a partir do Estado Civil), outro aspecto parece-nos ser relevante para o entendimento do pensamento clausewitziano sobre a essência da guerra: a separação das esferas do conhecimento humano, que tivera no século XIX um momento decisivo de sua história,

bem como a transformação do estatuto de alguns desses campos para a condição de ciência. A própria guerra era, até Clausewitz, uma *arte*.

Não é possível esquecer que este é um fator decisivo e característico da modernidade: a independência das diversas áreas do conhecimento e a elaboração de métodos autônomos de objetos singulares de análise que conferem a cada uma das especificidades epistêmicas tal autoridade (experimental e teórica). Seus campos de pesquisa tornam-se tão específicos e especializados que qualquer outra forma de interação entre estas esferas poderia ferir seu rigor científico.

A *revolução copernicana* de Kant acabava por tirar as últimas vendas para um mundo completamente esclarecido, mas agora desencantado. Nada mais de explicações morais-teológicas sobre os eventos humanos e físicos. O mundo tornava-se absolutamente racionalizado. O projeto iluminista vingara e a razão instrumental em suas diversas ramificações explicava-nos tudo o que havia no Universo. Segundo Jürgen Habermas, em *O discurso filosófico da modernidade*,

“As modernas ciências empíricas, a autonomização das artes e as teorias da moral e do direito fundamentadas a partir de princípios levaram aí à formação de esferas culturais de valores que possibilitaram processos de aprendizagem segundo as leis internas dos problemas teóricos, estéticos ou prático-morais, respectivamente” (HABERMAS, 1998, p. 13)

Com a guerra não foi diferente. Era urgente que fosse racionalizada, esquematizada e estruturada, de tal modo que pudesse ser metodicamente utilizada pelos técnicos que dela tratavam. O pensamento de Clausewitz não foi exclusivamente fruto de sua criatividade. Mas também não pode ser pobremente reduzido ao determinismo histórico de sua época. Esses elementos evidentemente tiveram um papel fundamental na elaboração do conceito de “guerra” do prussiano. Só não é possível indicar a primazia de um em relação ao outro.

Deste modo, poderia Clausewitz entender a guerra senão como política? Ou no mínimo a guerra como um instrumento da política? A Europa do século XIX poderia ser compreendida por outro tipo de guerra senão aquela que obrigava os Estados a lançarem mão do maior número possível de soldados, obstinados em desarmar o adversário de qualquer jeito, como um duelo? Poderia ter força se não estivesse apoiada na trindade povo-exército-Estado¹⁶? A guerra moderna não foi isso?

¹⁶ “A trindade que caracterizaria a guerra real e completaria sua definição como fenômeno *total*, comportaria três componentes que expressariam suas tendências dominantes. O primeiro componente englobaria uma violência original, uma hostilidade e uma animosidade, considerados como um impulso

O conceito de “guerra”, ontologicamente falando, apenas expressa as impressões de um homem que conseguiu traduzir em palavras sua vida nos campos de batalha. Este homem, contudo, não era uma folha em branco. Sua leitura de mundo era atravessada e manipulada pelos valores de sua cultura. Uma cultura que, apesar de seu forte apego à tradição, jogava-o contra os eventos que presenciava; obrigava-o a ter jogo de cintura para não sofrer de esquizofrenia. Se, de um lado, os valores da nova e moderna Europa desprestigiavam seus antigos mandatários, ainda havia bastiões de resistência da antiga aristocracia em lugares como a Prússia. Nos paradoxos da modernidade e da tradição; da fidelidade vassálica e do sentimento nacionalista, Clausewitz teve a perspicácia de perceber que, se o mundo não seria mais o mesmo, a guerra também não poderia ser. Mas as transformações não aniquilam o passado. Este é traduzido para os novos tempos. A guerra moderna aceitaria os valores do guerreiro, porque, no *front*, são estes que ainda contam. Mesmo racionalizada matematicamente, a guerra continua a ser uma ação do homem. E este, por mais que deseje, não consegue se emancipar por completo de suas paixões e afetos, ainda que seja possível transcrevê-los em um tratado político-militar.

Da guerra é um livro histórico e de História. Também é de Ciência Política. Mas, acima de tudo, é um livro de Filosofia; de Filosofia da guerra, de sua natureza atrelada à forma e matéria das sociedades modernas do século XIX; da guerra do Estado nacional (que é a pessoa política fruto da vontade política de todo um povo-nação, artificialmente confeccionado), em uma mistura de nostalgia pelo passado supostamente glorioso e ansiedade pelo futuro que quer se materializar em seu presente como sucesso. Não do cavaleiro, mas de todo o exército de comuns, de franceses, ingleses, alemães... de concidadãos-soldados, de camaradas de lutas (políticas ou bélicas).

Procurar a origem de um conceito é uma tarefa ingrata; não para quem a realiza – na maior parte dos casos, o investigador se regozija por acreditar tê-la encontrado –, mas para quem procura entender a teoria formulada desse investigador. Não é à toa que Raymond Aron chamou de *formule* o aforismo de Clausewitz sobre o *continuum* guerra e política. Não podia ser de outro jeito. A forma moderna da guerra era aquela

natural cego, todos ligados ao *povo*. Nesse contexto, as paixões que se manifestariam na guerra seriam inerentes ao povo. O segundo componente diria respeito ao jogo de probabilidades e do acaso que movem a livre alma criativa, que dependerá das características de seu comandante e de seu *exército*. Por fim, a subordinação da guerra à política e aos objetivos políticos, assunto de decisão exclusiva do governo de um *Estado*” [grifo nosso] (PASSOS, 2005, p. 8).

anunciada no primeiro capítulo do Livro I de *Da guerra*. Fugir à fórmula era errar grosseiramente contra seus inimigos políticos, pois, se estes fossem hábeis e observadores de seu tempo, a seguiriam credulamente. Não é de se estranhar, contudo, a permanência da ideia de afirmação humana através do sucesso de uma campanha militar vitoriosa, apesar da mudança de sentido da guerra, na época moderna, submetido aos interesses de um Estado Civil. O exército que derrota o inimigo de seu Estado conquista para todo o seu povo a glória e o poder, antes restritos aos poucos cavaleiros nobres que lutavam em nome próprio ou de um príncipe.

É inegável que o tempo dos cavaleiros havia passado. Quem percebeu a transformação foi exatamente um membro dessa classe, em um lugar onde esse tempo não queria passar. Clausewitz capturou a transformação histórica de sua época. Talvez não tenha sido mesmo original em suas proposições, mas certamente materializou em texto o que seriam ideias no ar. Ideias que, curiosamente, tardaram a ser valorizadas. Somente após quarenta anos de sua morte e do surgimento de uma Alemanha unificada – provavelmente do jeito que desejava – foi reconhecido pelos arquitetos políticos e militares dessa potência que desequilibrou o jogo de forças de uma Europa que, para alguns (Keegan, por exemplo), vivera quase um século de paz, entre 1815 e 1914.

O que é a guerra moderna? Um duelo. Uma luta entre dois contendores ampliados na condição de povo, de exército e de Estado (de uma nação). A guerra de Clausewitz era assim.

BIBLIOGRAFIA

- ARON, Raymond. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era européia*. Vol. 1 (Coleção Pensamento Político, vol. 71). Brasília: Universidade de Brasília, 1986a;
- _____. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era planetária*. Vol. 2 (Coleção Pensamento Político, vol. 72). Brasília: Universidade de Brasília, 1986b;
- _____. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002;
- BOBBIO, Norberto. *O problema da guerra e as vias da paz*. São Paulo: Editora UNESP, 2003;
- BOBBITT, Philip. *A guerra e a paz na história moderna: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 2003;
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006;
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Vom Kriege*. Berlin: Ferdinand Dümmler, 1832-1837 (Hinterlassene Werke des Generals Carl von Clausewitz über Krieg und Kriegführung), Erster Band, 1832; Zweiter Band, 1833; Dritter Band, 1834. Disponível em: www.galica.bnf.fr/Catalogue/notices.Ind/FRBNF30248103.htm;
- _____. *On war*. Londres: Penguin Books, 1968;
- _____. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996;
- ELIAS, Norbert. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Volume 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a;
- _____. *O processo civilizador. Volume 2: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b;
- _____. *Os alemães: a luta pelo poder e evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997;
- FERREIRA, Oliveiros S. "Clausewitz e a Política". *Revista Lua Nova*, nº 34, 1994;
- HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1998;
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003;

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977;

JOUVENEL, Bertrand de. *As origens do Estado moderno – uma história das ideias políticas do século XIX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978;

KEEGAN, John. *Uma História da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995;

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006;

MAGNOLI, Demétrio (org.). *História das guerras*. São Paulo: Contexto, 2006;

MONTAIGNE, Michel. *Os ensaios: livro I*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 (Paideia);

PASSOS, Rodrigo Duarte dos. *Clausewitz e a política – uma leitura de Da guerra*. Tese (doutorado em Ciência Política), FFLCH-USP. São Paulo, 2005;

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores);

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996;

TOLSTOI, Liev. *Guerra e paz*. Belo Horizonte: Itatiaia Editora, 2008;

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.